



INFORMAÇÃO, CONHECIMENTO E MODELOS

MARCOS ANTONIO ALVES
MARIA CLÁUDIA CABRINI GRÁCIO
DANIEL MARTÍNEZ-ÁVILA (ORG.)



COLEÇÃO CLE
VOLUME 78

A INTERSECCIONALIDADE E O RESPEITO ÀS PESSOAS NA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

Melodie J. Fox
melodie.j.fox@gmail.com
Daniel Martínez-Ávila
dmartinezavila@marilia.unesp.br
Suellen Oliveira Milani
suellenmilani@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Ao realizar uma busca no catálogo da biblioteca, o usuário terá acesso aos substitutos documentais que os bibliotecários construíram para representar cada livro, artigo, recurso multimídia que a biblioteca possui. Nesses substitutos documentais, também denominados rótulos, o usuário encontrará os dados descritivos do item que ele busca, como título, autor, local de publicação, editora, ano de publicação, número de páginas etc., os assuntos dos quais aquele item trata, por meio da notação de classificação e os cabeçalhos de assunto atribuídos a ele e o local onde aquele item se encontra naquela biblioteca ou em outra instituição, isto é, onde ele está armazenado naquele ou em outro acervo físico ou digital.

Os assuntos são atribuídos a cada item do acervo, por meio dos processos de classificação e indexação realizados pelo bibliotecário. Em um primeiro momento, o bibliotecário analisa o item, de modo a identificar do que ele trata, selecionando os termos que melhor descreveriam os seus assuntos. Em seguida, ele utiliza os esquemas de classificação, listas de cabeçalhos de assunto e tesouros, os denominados instrumentos de organização do conhecimento¹ para traduzir essas palavras, que ainda estão na lin-

¹ A organização do conhecimento é um campo científico que busca “[...] apresentar um modelo conceitual adequado às diversas práticas e atividades sociais vinculadas ao acesso do conhecimento, e pretende operar como instrumento de tratamento da informação, e da gestão de uso da informação, abarcador e integrador dos fenômenos e das aplicações vinculados à estruturação, à disposição, ao acesso e à difusão do conhecimento socializado.” (BARITÉ, 2001, p. 39-40).

guagem natural do texto, em descritores padronizados. Essa padronização visa a promover uma melhor recuperação da informação ao usuário, quando este digitar uma palavra no campo de busca por assunto do catálogo.

Ao criar esses substitutos documentais, o bibliotecário está nomeando a informação. Há um poder implícito a essa ação de nomear, uma vez que, ao criar substitutos documentais, o bibliotecário impõe um controle à linguagem e, portanto, influencia o acesso e o uso da informação e o conhecimento dela oriundo. Esse controle imposto à linguagem não é baseado nas características e necessidades de cada indivíduo, mas em um padrão que englobe uma comunidade. Em síntese, quando representa o assunto de um documento, o bibliotecário atribui um nome ou um rótulo ao seu conteúdo, com o objetivo de que uma comunidade de usuários o acesse e se aproprie da informação registrada nele. Os catálogos de bibliotecas não são instrumentos neutros e, por serem construídos, não refletem passivamente todos os valores de uma sociedade, mas os selecionam (OLSON, 2002).

A Classificação Decimal de Dewey e a Lista de Cabeçalhos de Assunto da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos são instrumentos de organização do conhecimento e vêm sendo objetos de crítica, na Biblioteconomia e Ciência da Informação, há muito tempo, visto que ambos são globalmente usados. Apesar disso, a discriminação e a má-representação de grupos marginalizados nesses instrumentos não parecem constituir um tópico de pesquisa em voga. Pouco se tem escrito sobre os problemas enfrentados pela representação dos grupos marginalizados unidimensionais, nos catálogos de bibliotecas, porém, quando pensamos nos tipos de problemas que poderiam afetar grupos marginalizados multidimensionais, também conhecidos como grupos interseccionais, isto é, grupos de pessoas que pertencem a mais de um grupo marginalizado (por exemplo: mulheres negras), encontramos apenas os estudos empreendidos por Fox (2016), Martínez-Ávila (2013), Hogan (2010), de la tierra (2008) e Olson (2002) e tatiana de la tierra² (2008).

Tendo em vista a necessidade de reflexões críticas sobre como os instrumentos de organização do conhecimento têm amparado a representação de assunto relacionada diretamente aos grupos de pessoas marginalizadas, este capítulo propõe-se apresentar o conceito de interseccionalidade

² tatiana de la tierra escreve seu nome em letras minúsculas como um recurso social para exigir voz e visibilidade. Em respeito à sua luta, manteremos o seu sobrenome escrito dessa maneira.

e alguns dos seus possíveis efeitos, na organização do conhecimento. O objetivo é refletir sobre as especificidades com as quais o bibliotecário se depara, ao representar assuntos referentes às pessoas pertencentes aos grupos marginalizados, a partir dos instrumentos de organização do conhecimento mais utilizados no Brasil.

2 PROBLEMAS DE REPRESENTAÇÃO DE GRUPOS MARGINALIZADOS NOS INSTRUMENTOS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

Os esquemas de classificação³, listas de cabeçalhos de assunto⁴ e tesouros têm sido criticados por serem produtos de seus tempos, reproduzindo as visões de mundo, valores e preconceitos provenientes da época e do local em que foram criados. Isso é facilmente observado nos instrumentos usados para a representação de assunto, no que diz respeito às pessoas. Também é sabido que a estrutura hierárquica mutuamente exclusiva é predominante nos instrumentos de organização do conhecimento; essa estrutura hierárquica é construída de maneira a oferecer uma base lógica para a representação de assunto, todavia, não permite que um assunto pertença a mais de uma classe, ao mesmo tempo; por exemplo: geralmente, as cópias de um mesmo livro não estarão em prateleiras diferentes, no acervo da biblioteca. Nesse sentido, ao classificar um assunto numa classe inadequada ou atribuir a ele um termo da lista de cabeçalhos de assunto que esteja incluído num contexto inadequado, o bibliotecário poderia subordinar, dispersar, apagar ou guetizar um livro, provocando problemas de acesso de assunto (OLSON; SCHLEGL, 2001).

As bibliotecas brasileiras públicas, universitárias e até as escolares usam as notações traduzidas da Classificação Decimal de Dewey para organizar o seu acervo por assunto. A versão em português da Lista de Cabeçalhos de Assunto da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos é gerenciada

³ O esquema de classificação, ou linguagem documental hierárquica, é composto por termos divididos em categorias ou classes, onde cada assunto tem um lugar definido. Vale-se de uma linguagem codificada de forma numérica, alfabética ou alfanumérica a qual pretende ser a descrição do conteúdo dos documentos.

⁴ A lista de cabeçalho de assunto, ou linguagem documental alfabética, contém cabeçalhos e subcabeçalhos compostos por palavras em linguagem natural. Essas palavras buscam condensar o tema sobre o qual trata o documento. Essa linguagem é pré-coordenada, isto é, as combinações entre as palavras ocorrem no momento da indexação. As linguagens pós-coordenadas, como os tesouros, possibilitam que os assuntos sejam combinados no momento da busca no catálogo, por meio dos operadores booleanos (*and*, *or* ou *not*).

pela Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e é considerada um instrumento defensável pelas bibliotecas brasileiras. Aliás, essa é a linguagem pré-coordenada mais utilizada no Brasil. É importante frisar que possuímos excelentes tesouros brasileiros, mas os tesouros apresentam uma aplicabilidade mais especializada e não serão discutidos neste momento.

Dewey reconheceu que, em sua Classificação Decimal, “[...] muitos assuntos secundários foram incluídos em classes gerais às quais ele não pertenceria necessariamente [...] A regra é atribuí-los às classes mais próximas ou onde se julgar mais útil.” (DEWEY, 1876, p. 4). Esse atalho proposto por Dewey pode promover aproximações de assuntos que não fazem sentido para a comunidade representada, ou mesmo podem promover tensões entre os assuntos. Por exemplo, a falta de publicações de livros que tenham como assuntos principais uma comunidade geográfica específica – *história da comunidade autônoma do País Basco* não justificaria a criação de uma classe no esquema de classificação, o que resultaria na colocação dos livros sobre esse tema na classe *história da Espanha*. Em casos que envolvem comunidades geográficas, podem ocorrer aproximações com termos mais amplos, como referentes à região, nação ou continente ao qual elas pertencem.

Apesar das muitas críticas recebidas sobre a linha de raciocínio e filosofia subjacentes à criação e aplicação de sua lista de cabeçalhos de assunto, a Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos vem mantendo silêncio a esse respeito, ao longo de sua história. O famoso estudo de Sanford Berman, de 1969, ressalta que a Lista de Cabeçalho de Assuntos da Biblioteca do Congresso representa um ponto de vista branco, racista e imperialista, o qual poderia promover desconforto numa biblioteca universitária africana. Mais tarde, em 1971, Berman escreveu o cuidadoso livro *Preconceitos e antipatias*, onde identificou múltiplos termos e relações sindéticas nas quais a Lista de Cabeçalhos de Assunto da Biblioteca do Congresso foi ofensiva, preconceituosa ou excludente. Ele escreveu que

[...] a lista da LC [Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos] pode “satisfazer” somente os provincianos, europeus e norte-americanos chauvinistas, brancos, àqueles que ao menos se denominem cristãos (e de preferência protestantes), confortavelmente acomodados nas classes média ou alta, em grande parte domiciliados no subúrbio, fundamentalmente leais à ordem estabelecida, e fortemente impregnados pela transcendente e incomparável glória da civilização ocidental. (BERMAN, 1971, p. 3).

Em resposta aos comentários sobre as falhas e as consequências das suas representações tendenciosas e estrutura enganosa, a Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos começou a receber oficialmente opiniões a propósito das decisões que perpassam seus instrumentos. Até 1984, as pessoas que faziam uso da Lista de Cabeçalhos de Assunto da Biblioteca do Congresso para buscar informações ou livros específicos não estavam nem ao menos cientes das regras e das instruções para sua aplicação. Contudo, assim que o *Manual de catalogação de assunto: cabeçalhos de assunto* foi publicado, os catalogadores tiveram acesso às justificativas para a atribuição de termos o que lhes permitiu adaptar os registros de acordo com os seus usuários, ao invés de tomar decisões baseadas apenas no seu bom senso ou numa noção fluida de bem fazer sem um respaldo institucional. No passado, a Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos apeçou-se excessivamente ao poder que detinha sobre a aplicação de cabeçalhos de assunto, mas percebeu que os usuários e os profissionais que aplicavam a sua lista de cabeçalhos de assunto poderiam fornecer o contexto necessário aos ajustes dos cabeçalhos.

Uma interpretação alternativa às declarações de Berman (1971) poderia ser a de que nem todo instrumento de organização do conhecimento será necessariamente considerado inadequado, dentro da sociedade que o criou, porque as representações e a estrutura da Lista de cabeçalhos de assunto da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos não seriam constrangedoras para um homem branco, racista e imperialista, afinal esse instrumento se baseou no reflexo dos trabalhos (garantia literária⁵) e na intenção (objetivos dos seus criadores e mantenedores) da comunidade que pertence ao grupo dominante. No entanto, deveria ser sabido que é difícil encontrar um grupo homogêneo de usuários, sem nenhum dissidente, em uma determinada sociedade. Qualquer instrumento de organização do conhecimento que seja considerado adequado por uma sociedade pode ser inadequado para aqueles dissidentes ou outros grupos de usuários, os quais

⁵ O princípio da garantia literária pressupõe que a inclusão ou exclusão de descritores e seus relacionamentos hierárquicos ou associativos em um instrumento de organização do conhecimento “[...] deve ser feita mediante confirmação da existência de um ou mais materiais já existentes no acervo dessa instituição ou em seu catálogo que contenha o mesmo tópico de assunto. O princípio da garantia literária não considera as estruturas de organização utilizadas pela Ciência nem elaboradas por especialistas ou provenientes de estudos de usuários e usos. A garantia literária considera apenas os tópicos de assunto atribuídos aos materiais presentes em seu acervo ou catálogo.” (MILANI, 2014, p. 24).

poderiam pertencer tanto às minorias dessa sociedade quanto aos grupos da parte dominante de outras sociedades.

Como um instrumento de organização do conhecimento geralmente é construído na linguagem do grupo dominante da sociedade que o criou e/ou mantém, percebem-se muitos indícios de preconceitos em sua terminologia. Um exemplo de terminologia preconceituosa é o caso do cartão de biblioteca com o cabeçalho “Bibliotecas e os deficientes sociais” (alterado para “Serviço de biblioteca para os culturalmente deficientes”), usado para abarcar o tópico de assunto “Latina”, em 1972. O caso foi reportado por Fina (1993). De acordo com o cartão do catálogo da biblioteca, ser *latina* significaria ser deficiente social ou cultural e, dessa maneira, poderia estimular que um usuário com a sua identidade ainda em formação se sintasse dessa maneira. No entanto, a pior parte são os assuntos com os quais ela se agrupou, isto é, todo o conjunto de assuntos e livros inclusos na classe “deficientes sociais” que compartilharam da sua identidade. Novamente, o que poderia ser ofensivo para o grupo dominante poderia ser ofensivo também para diferentes grupos marginalizados. Não há ao menos uma divisão entre “grupos do grupo dominante” e “outros grupos”, mas há divisões entre os vários grupos marginalizados.

O estabelecimento das hierarquias entre os termos, nos instrumentos de organização do conhecimento, pode fomentar preconceitos e homofobia em situações como “[...] quando um adolescente gay busca um auxílio na literatura para entender a si mesmo e descobre que todo o material sobre isso encontra-se subordinado à ‘perversão’. Neste caso, nós estamos oprimindo mais um jovem.” (SMIRAGLIA, 2006, p. 186).

Um exemplo mais específico dessa questão é fornecido por de la tierra (2008), ao mencionar o conflito de uma garota de dezessete anos, que, ao solicitar materiais sobre homossexualidade na Biblioteca Pública de Nova Iorque, encontra as seguintes notas: “ver Desvio” ou “ver Patologia”.

Aos vinte e um anos, Judy Grahn buscava informações sobre homossexualidade e lésbicas na biblioteca de Washington DC, para saber quem ela deveria ser, entretanto, descobriu que os livros sobre esse assunto estavam trancados: “Apenas professores, doutores, psiquiatras e advogados criminais poderiam vê-los, consultá-los ou tocá-los.” (GRAHN, 1984, p. xi).

Wolf (1972) apresenta como a Classificação Decimal de Dewey e a Classificação da Biblioteca do Congresso agrupou “coisas gays” junto a crime e desordem sexual, prostituição e pornografia, desordens de caráter, estupradores, sedutores e perversos, por meio de contextos e referências. Essa situação contrária ao núcleo familiar e ao sexo praticado apenas no casamento era aceita e estabelecida como a norma. Em resposta, C. Summer Spalding, na época diretor assistente da seção de catalogação da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos, afirmou que a biblioteca não estabelece o uso, apenas o reflete.

Esse assunto é especialmente sensível e a biblioteca tem responsabilidades sobre ele, como salienta Greenblatt (1990, p. 87):

Numa sociedade na qual o reconhecimento público da não aceitação da orientação sexual e emocional de alguém gera desconforto na melhor das hipóteses e perigo na pior das hipóteses, muitos recorrem aos livros ao invés de recorrer às pessoas para obter informações relativas às suas identidades que estão florescendo. Desse modo, a biblioteca tem frequentemente sido uma das primeiras opções de fonte de informação sobre esse assunto.

Vejamos o relato a seguir: em seu processo de assumir-se lésbica, Julia Penelope buscou informações na Biblioteca Pública de Miami, no Biscayne Park, e teve uma boa experiência. Ela escreveu: “[...] quando descobri os livros sobre ‘homossexualidade’ [...] [e]u li passagens que descreviam mulheres masculinizadas com cabelo curto [...] e pensei comigo mesma, ‘Essa sou eu!’ [...] Eu soube quem eu era.” (PENELOPE, 1989, p. 59). Diante desse exemplo, fica clara a responsabilidade social do bibliotecário materializada nos processos de classificação e indexação: a construção de pontes de assunto defensáveis entre o acervo da biblioteca e as necessidades informacionais dos usuários e a maneira pela qual essas pontes são construídas, isto é, o espaço que esse livro receberá na prateleira, quais serão os livros vizinhos, quais termos de assunto serão atribuídos a esse livro, como ele aparecerá no catálogo da biblioteca são escolhas que poderão influenciar como esse usuário enxerga a si mesmo.

Nesse sentido, fenômenos como a interseccionalidade devem ser conhecidos pelos bibliotecários e discutidos no bojo da organização do conhecimento, de sorte a oferecer subsídios para a negociação de espaços

para os usuários que não pertencem apenas a um grupo marginalizado, mas a dois ou mais.

3 INTERSECCIONALIDADE NOS INSTRUMENTOS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

A interseccionalidade, ou teoria interseccional, advém do movimento feminista inter-racial e “[...] dá nome aos sistemas de opressão⁶ interligados vivenciados pelas mulheres pertencentes às minorias.” (COMBAHEE..., 2003). Em outras palavras, as mulheres experienciam a opressão por serem mulheres numa sociedade patriarcal e machista; as mulheres negras são oprimidas por serem mulheres e, também, por serem negras, ou seja, sofrem opressões por serem mulheres numa sociedade patriarcal, machista e racista. Por isso, poderíamos asseverar que as mulheres negras ou pertencentes a outras minorias experienciam categorias de identidade múltiplas – mulher e negra, mulher e lésbica, mulher e pobre, mulher negra e lésbica etc. – que não podem ser separadas em categorias individuais ou abordadas separadamente. Isto é, não devemos pensar sobre temas atinentes às mulheres negras apenas sob o ponto de vista das opressões sofridas pelas mulheres, nem podemos pensá-los somente sob o ponto de vista das opressões sofridas pelos negros, pois nenhuma dessas categorias individuais promoveria a necessária representatividade das mulheres negras.

Também denominada “risco duplo” ou “risco múltiplo” (KING, 1997), a interseccionalidade como movimento surgiu nos Estados Unidos, no bojo do segundo movimento feminista, quando as mulheres negras e pertencentes às outras minorias reivindicavam voz para falar sobre a sua posição no tocante à discriminação dupla e sistemática que sofriam: racismo e sexismo. Naquele momento, elas não se sentiam totalmente representadas pelos discursos veiculados pelo feminismo branco (KING, 1997).

Por estar associada à categorização de grupos humanos, isto é, encontrar uma categoria num instrumento de organização do conhecimento para colocar os livros sobre esse assunto, a interseccionalidade é de grande interesse para a organização do conhecimento. O conceito *mulheres negras*

⁶ Young (1990, p. 40) explica que há muitas nuances de opressão, mas podemos sustentar que “[...] pessoas oprimidas sofrem alguma restrição em relação a sua capacidade de desenvolver e exercer as suas capacidades e expressar suas necessidades, pensamentos e sentimentos.”

compôs a primeira intersecção dos conceitos de gênero e de raça, e o valor teórico dessa construção se estendeu a outras opressões, como classe, orientação sexual, idade, necessidades especiais, *status* de cidadania e muito outros.

A branquitude não é isenta de interseccionalidade, uma vez que, conforme Alcoff (1998, p. 15), “[...] sempre foi dividida por classe, gênero, sexo, etnia, idade e capacidade corporal.” Embora essas opressões adicionais aumentem o senso de inclusão das populações marginalizadas, elas acabam perpetuando alguns problemas endêmicos à categorização de grupos de pessoas: essencialismo, fronteiras inconstantes dos grupos sociais, grupos de definição como um todo e identidade *versus* biologia. Além disso, como as opções de categorias de identidade aumentam, os grupos se tornam menores e mais específicos, evidenciando problemas metodológicos relacionados a como atender populações específicas. Por exemplo, teremos mais obras sobre *negros* e sobre *operários* do que obras sobre *operários negros*, por isso, é difícil justificar a criação desse espaço nos instrumentos de organização do conhecimento e nas prateleiras das bibliotecas.

A interseccionalidade pode reforçar ou agravar a tensão que existe acerca da categorização, isto é, as categorias disponíveis para classificar os assuntos referentes às pessoas, como, por exemplo, as mulheres negras. McCall (2005) encontra um espectro de atitudes em relação à categorização na teoria feminista que sustenta estruturas de interseccionalidade. As categorias podem ser rejeitadas (complexidade anticategórica) ou podem ser utilizadas estrategicamente, para fins políticos (complexidade intercategórica). As categorias podem, ainda, situar-se no meio (complexidade intracategórica), o que significa que, na prática, as categorias são usadas como espaços reservados para descrever locais interseccionais. Algumas teóricas feministas, nomeadamente Spelman (1988) e Frye (1983), têm investigado a categorização, porque esta “[...] leva à demarcação, a demarcação à exclusão e a exclusão à desigualdade.” (MCCALL, 2005, p. 1777).

Alguns autores acreditam que a eliminação de categorias levaria ao tratamento igualitário dos termos, mesmo reconhecendo que as categorias são políticas e linguisticamente inevitáveis. Spelman (1988), em particular, tem questionado se os membros de um grupo biológico ou social realmente têm tanto assim em comum ou, como McCall (2005) argumenta, que a linguagem cria realidades categóricas e não o inverso. Butler (1990) e outros estudiosos pós-modernos e “pós-feministas” também têm ques-

tionado a estabilidade da mulher como uma categoria que enfraquece o uso de mulheres como objeto de estudo, porque elas são irredutivelmente complexas para categorizar (MCCALL, 2005). Por outro lado, sem categorias, as experiências das mulheres seriam apagadas, o que leva à adoção de rótulos provisórios e estratégicos.

Na organização do conhecimento, a noção de opressão pode estar ligada aos princípios de classificação, categorização e representação. Os instrumentos de organização do conhecimento podem propiciar formas de violência intelectual, ao veicular tendenciosidades (*biases*, em inglês). As *biases* podem fomentar prejuízos às comunidades, ao evocar crenças e princípios de quem construiu os instrumentos de organização do conhecimento em questão. As tendenciosidades podem, ainda, reforçar preconceitos ou promover desvios na representação de assunto, causando efeitos danosos aos usuários da biblioteca que não pertencem às comunidades dominantes (MILANI, 2014).

Os instrumentos de organização do conhecimento, como a Classificação Decimal de Dewey, podem exercer um imperialismo cultural, ao subordinar ou deslegitimar grupos, fazendo julgamentos morais, reforçando estereótipos ou desumanizando grupos. Por exemplo, livros sobre mulheres e ciganos poderiam estar guardados na prateleira ao lado de livros sobre “Costumes, Vestimenta e Folclore”, num acervo classificado pela Classificação Decimal de Dewey. Outra maneira de apagar as diferenças entre as comunidades de pessoas consiste em agrupar os usuários da biblioteca em um grupo denominado “usuários”, “clientes” ou “o público” (OLSON, 1996). Se um pesquisador não encontra a informação desejada, porém, ela se encontra em uma hierarquia que veicula um julgamento depreciativo ou representada de uma forma degradante, isso pode ser enxergado como uma verdade, e as consequências disso podem ser grandes. Enquanto objetos inanimados, como tapetes ou esponjas do mar, não se importam onde ou como estão classificados, os grupos de pessoas se importam. O emprego das classificações e listas de cabeçalhos de assunto tem implicações sociais, conforme demonstra o exemplo de Strottman (2007, p. 60):

Considere o impacto na auto-imagem e identidade social de um estudante do *Pueblo Picuris* quando não puder encontrar *Picuris Indians* nas coleções catalogadas segundo a 29ª edição da [Lista de Cabeçalhos

de Assunto da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos], enquanto os índios de Acoma e Taos aparecem listados.

Outra complicação na organização do conhecimento ocorre em relação aos casos de miscigenação. Furner (2007) descreve a atualização da Tabela 5 da Classificação Decimal de Dewey, denominada “Grupos étnicos e nacionais”, a qual apareceu pela primeira vez em sua 18ª edição. As versões anteriores listavam três “raças básicas” e as possíveis misturas daquelas raças. Apesar de problemática, a 12ª edição eliminou completamente o termo “raça”, substituindo-o por “grupo étnico.” Furner (2007, p. 156) alerta que “[...] as populações humanas que eram tipicamente referenciadas como ‘raças’ não estão mais disponíveis como tópico de assunto [...]”

Outra área problemática no tocante às identidades interseccionais é a noção de ordem das facetas, isto é, a ordem dos critérios empregados para definir de qual assunto o livro trata (por exemplo: faceta de gênero, etnia, raça, orientação sexual etc.). As facetas permitem uma maior cobertura dos tópicos, mas, na linearidade restrita das prateleiras das bibliotecas, assim como na natureza implacável da hierarquia, uma identidade categórica deve vir primeiro, determinando como os tópicos devem estar dispersos. Em seu capítulo “Mulheres e Outros Outros”, Olson (2002) introduziu o problema da interseccionalidade nas classificações de bibliotecas enquanto uma questão de diferenciação na hierarquia, o que Aristóteles chamou de *differentiae* e igualdade:

A maneira pela qual o gênero age em conjunto com outros discursos de poder está escondida nos esforços pelo tratamento igualitário [...] Ao considerar cada esforço como monolítico e paralelo, as diferenças deles e entre eles são apagadas. Outro resultado do tratamento igualitário é o privilégio de algumas diferenças frente às outras. As classificações de bibliotecas são lineares e alinham os livros ordenadamente nas prateleiras para que os usuários possam por eles navegar. Como resultado, não é possível reunir todos os aspectos ou facetas de uma obra simultaneamente. Obras são reunidas a partir de uma faceta e, então, subdivididas por outra e assim por diante, criando uma hierarquia. Como resultado, uma faceta é o ponto principal de agrupamento e as outras não são agrupadas em apenas um lugar. (OLSON, 2002, p. 173).

Esse aspecto das classificações também foi mencionado por Spelman (1988), que percebeu que a imagem do que diferencia um grupo de outro ou o que os dois têm em comum varia de acordo com a forma como as classes estão ordenadas. Se gênero vem primeiro e etnia vem depois, todas as mulheres e homens estarão reunidos, mas não estarão ali reunidos todos os hispano-americanos, afro-americanos, ázio-americanos etc., os quais estarão em ao menos dois lugares diferentes. Olson e Ward (1997, p. 27) explicam o problema relacionado à universalização/dispersão em relação às lésbicas: “Obras sobre lésbicas que abordam outras características como raça ou etnia ficarão ainda mais dispersas – se as encontrarmos!” Isso significa que os bibliotecários devem escolher qual faceta, qual aspecto da identidade de um determinado grupo ficará escondido ou será completamente ignorado pelo sistema.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Escolher notações de classificação e cabeçalhos de assunto apropriados, durante a criação e manutenção dos instrumentos de organização do conhecimento, assim como a própria atuação do bibliotecário, ao atribuir rótulos aos assuntos dos livros de seu acervo, constituem aspectos cruciais para que os usuários acessem e se apropriem da informação desejada. Ao utilizar uma linguagem apropriada, reconhecida pelos grupos oprimidos, o bibliotecário cria espaços para esses grupos em seu catálogo, em sua biblioteca, a partir dos esquemas de classificação, listas de cabeçalhos de assunto e os tesouros que são instrumentos políticos. Por outro lado, a linguagem inapropriada poderia impedir o acesso e relegar o conhecimento desses livros ao esquecimento. Essas escolhas afetarão a forma como as pessoas pertencentes aos grupos marginalizados serão representadas nos catálogos de bibliotecas e, conseqüentemente, a maneira como as pessoas olharão para si mesmas, não entenderão a si mesmas, se sentirão totalmente ignoradas pela biblioteca e pela sociedade, além da maneira pela qual diferentes sociedades em todo o mundo perceberão essas representações, por meio do acesso online aos catálogos.

O fenômeno da interseccionalidade é um problema complexo, o qual afeta a classificação e a indexação em bibliotecas e os seus instrumentos. Os casos de má-representação que envolvem a interseccionalidade nos

instrumentos de organização do conhecimento parecem ocorrer pelos seguintes motivos: desenvolvimento de facetas lineares e hierárquicas, decisões arbitrárias disfarçadas alegando a premissa de universalidade, e falhas advindas do princípio da garantia literária.

Ressaltamos que essa foi uma primeira incursão em língua portuguesa sobre esse tema. Há a necessidade de mais investigações sobre as maneiras pelas quais a compreensão sobre a interseccionalidade poderia trazer subsídios para a reflexão sobre a aplicação dos esquemas de classificação, listas de cabeçalhos de assunto e tesouros utilizados pelos bibliotecários.

REFERÊNCIAS

ALCOFF, L. M. What Should White People Do? *Hypatia*, Malden, v. 13, n. 3, p. 6-26, 1998.

BARITÉ, M. Organización del conocimiento: un nuevo marco teórico-conceptual en Bibliotecología y Documentación. In: CARRARA, K. (Org.). *Educação, universidade e pesquisa*. Marília: UNESP; São Paulo: FAPESP, 2001. p. 35-60.

BERMAN, S. Letter to the editor: Chauvinistic Headings. *Library Journal*, New York, n. 94, p. 695, 1969.

_____. *Prejudices and antipathies: A tract on the LC subject heads concerning people*. Metuchen: Scarecrow, 1971.

BUTLER, J. *Gender trouble: Feminism and the subversion of identity*. New York: Routledge, 1990.

COMBAHEE River Collective. A black feminist statement. In: MCCANN, C. R.; KIM, S.-K. *Feminist theory reader*. New York: Routledge, 2003. p. 164-171.

DE LA TIERRA, T. Latina lesbian subject headings: the power of naming. In: ROBERTO, K. R. *Radical Cataloging: Essays at the Front*. Jefferson: McFarland & Company, 2008. p. 94-102.

DEWEY, M. *A Classification and Subject Index for Cataloguing and Arranging the Books and Pamphlets of a Library*. Amherst: Author, 1876.

FINA, M. The role of subject headings in access to information: the experience of one speaking-patron. *Cataloging & Classification Quarterly*, New York, v. 17, n. 1/2, p. 267-274, 1993.

- FOX, M. J. 'Priorities of Arrangement' or a 'Hierarchy of Oppressions?': Perspectives on Intersectionality in Knowledge Organization. *Knowledge Organization*, Würzburg, v. 43, n. 5, p. 373-383, 2016.
- FRYE, M. *The politics of reality: Essays in feminist theory*. Trumansburg: Crossing Press, 1983.
- FURNER, J. Dewey deracialized: a critical race-theoretic perspective. *Knowledge Organization*, Würzburg, v. 34, n. 3, p. 144-168, 2007.
- GRAHN, J. *Another Mother Tongue: Gay Words, Gay Worlds*. Boston: Beacon, 1984.
- GREENBLATT, E. Homosexuality: The Evolution of a Concept in the Library of Congress Subject Headings. In: GOUGH, C.; GREENBLATT, E. (Ed.). *Gay and lesbian library service*. Jefferson: McFarland, 1990. p. 75-85.
- HOGAN, K. "Breaking secrets" in the catalog: proposing the black queer studies collection at the University of Texas at Austin. *Progressive Librarian*, Saint Paul, n. 34/35, p. 50-57, 2010.
- KING, D. K. Multiple jeopardy, multiple consciousness: the context of a black feminist ideology. In: MEYERS, D. T. *Feminist social thought: A reader*. New York: Routledge, 1997. p. 219-242.
- MARTÍNEZ-ÁVILA, D. Interseccionalidad: un problema lógico en la representación. In: Alejandro GAITA, A. et al. *La uni en la calle*. Madrid: La Marea, 2013. p. 132-133.
- MCCALL, L. The complexity of intersectionality. *Signs: Journal of women in culture and society*, Boston, v. 30, n. 3, p. 1771-1800, 2005.
- MILANI, S. O. *Bias na Representação de Assunto: Uma Discussão de Oposições Binárias nos Functional Requirements for Subject Authority Data (FRSAD)*. 2014. 134 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2014.
- OLSON, H. A. Dewey thinks therefore he is: the epistemic stance of Dewey and DDC. In: GREEN, R. (Ed.). *Knowledge organization and change*. Frankfurt: Indeks, 1996. p. 302-303. (Advances in Knowledge Organization, 5).
- _____; SCHLEGL, R. Standardization, objectivity, and user focus: a meta-analysis of subject access critiques. *Cataloging & Classification Quarterly*, New York, v. 32, n. 2, p. 61-80, 2001.

_____. *The power to name: locating the limits of subject representation in libraries*. Dordrecht: Kluwer Academic Publisher, 2002.

_____; WARD, D. B. Ghettoes and Diaspora in Classification: Communicating Across the Limits. In: FROHMANN, B. *Communication and Information in Context: Society, Technology, and the Professions: Proceedings of the 25th Annual Conference/Association canadienne des sciences de l'information: Travaux du 25e congrès annuel*. Toronto: Canadian Association for Information Science, 1997. p. 19-31.

PENELOPE, J. My life as a lesbian. In: PENELOPE, J.; WOLFE, S. J. *The Original Coming Out Stories*. Freedom: Crossing, 1989.

SMIRAGLIA, R. P. Curating and Virtual Shelves: An Editorial. *Knowledge Organization*, Würzburg, v. 33, n. 4, p. 185-187, 2006.

SPELMAN, E. V. Gender & Race: The ampersand problem in feminist thought. In: _____. *Inessential woman: Problems of exclusion in feminist thought*. Boston: Beacon, 1988. p. 133-159.

STROTTMAN, T. A. Some of our fifty are missing: Library of Congress Subject Headings for southwestern cultures and history. *Cataloging & Classification Quarterly*, New York, v. 45, n. 2, p. 41-64, 2007.

WOLF, S. Sex and the Single Cataloger: New Thoughts on Some Unthinkable Subjects. In: WEST, C. *Revolting Librarians*. San Francisco: Booklegger, 1972. p. 39-44.

YOUNG, I. M. Five Faces of Oppression. In: YOUNG, I. M. *Justice and the Politics of Difference*. Princeton: Princeton UP, 1990. p. 39-65.